



LEILÃO ELETRÔNICO

002/2024

ÓRGÃO LICITANTE (UASG)

Município de Candói - Estado do Paraná (UASG 985499)

OBJETO

Permissão de uso onerosa de espaço público no Parque do Lago, destinado a exploração comercial de parque de diversões, durante os dias da XIX Festa Nacional do Charque.

VALOR GLOBAL MÍNIMO DO LEILÃO

R\$ 9.943,75 (nove mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/08/2024 às 8:30h.

DURAÇÃO DOS LANCES

03:00h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Maior Lance



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	3
2. DESCRIÇÃO DO OBJETO	3
3. MOTIVAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO	3
4. ESCLARECIMENTOS INICIAIS.....	3
5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	4
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO	5
8. DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO E VALOR DOS ESPAÇOS	6
9. DO VISTORIA FACULTATIVA.....	8
10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA.....	8
11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENVIO DE LANCES	9
12. DO JULGAMENTO.....	10
13. DA FASE RECURSAL.....	11
14. DO PAGAMENTO	10
15. DA HOMOLOGAÇÃO.....	11
16. DO CONTRATO	12
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	12
18. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO	13
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13



EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 **PROCESSO Nº 2.804/2024**

O Município de Candói, Estado do Paraná, UASG 985499, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85140-000, telefone (42) 3638-8017, e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br, através do seu agente de contratação, torna público o edital de Leilão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 279, de 16 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

1. DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A sessão de abertura do leilão para a fase de lances e julgamento, será conforme segue:

- ➔ **Dia:** 09 de agosto de 2024.
- ➔ **Hora:** 08:30h.
- ➔ **Duração dos lances:** 03:00h.
- ➔ **Local:** BLL - Bolsa de Licitações do Brasil (<http://bll.org.br>).
- ➔ **UASG:** 985499 - Município de Candói, Estado do Paraná.

1.2. Até a data e horário fixado para abertura da sessão, qualquer interessado credenciado, poderá incluir, alterar e excluir sua proposta.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto do presente edital é a permissão de uso onerosa de espaço público no Parque do Lago, destinado a exploração comercial de parque de diversões, durante os dias da XIX Festa Nacional do Charque, nos termos da Lei Municipal nº 1.648/2021.

3. MOTIVAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

3.1. A fundamentação e descrição da necessidade e quantitativos encontram-se pormenorizados no estudo técnico preliminar, anexo deste edital, que em resumo, tem como objetivo contratar pessoa jurídica e à esta fazer a permissão de uso de espaço público, destinado, a instalação e exploração comercial de parque de diversão, proporcionando o entretenimento e lazer dos festeiros durante os dias de realização da Festa Nacional do Charque.

Ademais, salienta-se há previsão no Plano de Contratações Anual e autorização legislativa através do Art. 4º, § 2º da Lei Municipal nº 1.440, de 2018 para realização deste leilão.

4. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

4.1. A sessão pública será realizada pela internet através do sistema de leilão eletrônico "BLL - Bolsa de Licitações do Brasil - <https://bll.org.br>", dirigido pelo leiloeiro nas dependências do Setor de Licitações e Contratos, na sede da Prefeitura Municipal.



4.2. Qualquer pessoa não participante do leilão poderá acompanhar a sessão pública através do endereço eletrônico que se refere o subitem anterior, clicando em Acesso Público ou através do seguinte endereço <https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>.

4.3. Sem prejuízo das publicações legais, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, serão divulgadas no sistema eletrônico do leilão, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br, cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhamento, não cabendo alegação de desconhecimento sobre quaisquer informações.

4.4. O Diário Oficial do Município é o Diário Oficial dos Municípios do Paraná acessível no sítio eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp.

4.5. Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de objetos, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação da licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do leilão.

5.2. A impugnação ou esclarecimento deverá ser dirigida ao leiloeiro e realizado de forma eletrônica, preferencialmente através do sistema do leilão eletrônico, ou através do protocolo digital acessível no sítio eletrônico <https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=3761> ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br.

Protocolos
Abertura e Consulta
de Requerimentos Administrativos.

Identificação Passo 1 | Informações Passo 2

Assunto agrupador: Licitações e Contratos

Assunto*:
Impugnação de Edital de Licitação

Enviar para: *
AGC - Agente de Contratação

Informe a numeração do protocolo anterior (caso exista):

Descrição*
Segue em anexo a impugnação do edital do Leilão Eletrônico __/2024

Anexar



5.3. O leiloeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

5.4. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado pelos mesmos meios que foi inicialmente publicado.

5.5. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão do agente de contratação será motivada nos autos.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderá participar deste leilão qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste edital e seus anexos, que esteja previamente credenciado no sistema de leilão eletrônico BLL - Bolsa de Licitações do Brasil (<https://bll.org.br>), e possua objeto social compatível com o objeto do edital.

6.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3. A participação no leilão implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.4. Não poderá participar do leilão os servidores públicos do município ou aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Candói ou com agente público que desempenhe função na licitação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como demais vedados pelo Art. 14 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. O leilão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, através do sistema BLL - Bolsa de Licitações do Brasil (<https://bll.org.br>).

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico BLL, o responsável legal do interessado deverá obrigatoriamente efetuar o cadastro da empresa e do usuário junto ao sistema.

7.3. Os licitantes sujeitam-se integralmente aos termos e condições de uso do sistema.

7.4. **O custo para uso do sistema ficará sob a responsabilidade do participante, que pagará diretamente ao provedor do sistema o valor por eles estabelecido, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.**



7.5. O regulamento do sistema eletrônico BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, contendo o valor da taxa de utilização e demais regras, está disponível para acesso no sítio eletrônico <https://bll.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Regulamento-BLL-2024.pdf>.

7.6. O credenciamento junto ao sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

7.7. Qualquer dúvida em relação ao sistema poderá ser esclarecida através do telefone (41) 3097-4600, ou e-mail contato@bll.org.br.

7.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, agente de contratação, leiloeiro ou Prefeitura por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas supracitados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o leilão e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo leiloeiro ou de sua desconexão.

7.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO E VALOR DOS ESPAÇOS

8.1. O espaço público está localizado no Parque do Lago, na Avenida Heraclides Mendes de Araújo, conforme descrição, características e representação gráfica a seguir:

Item	Número do espaço na representação gráfica	Descrição do objeto	Lance mínimo (R\$)
01	10	<p>Espaço destinado a instalação de PARQUE DE DIVERSÕES, o qual deverá dispor no mínimo os seguintes brinquedos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. BARCO PIRATA (ADULTO E INFANTIL) 16 PESSOAS2. RODA GIGANTE (ADULTO E INFANTIL) 16 PESSOAS3. SKING DANCE (ADULTO E INFANTIL) 12 PESSOAS4. SURF (ADULTO E INFANTIL) 18 PESSOAS5. PÊNDULO (ADULTO E INFANTIL) 16	9.943,75



		<p>PESSOAS)</p> <p>6. SPACE LOOP (ADULTO) 16 PESSOAS</p> <p>7. MINI CAMINHÃO (10 CRIANÇAS)</p> <p>8. MINI MOTOS (8 CRIANÇAS)</p> <p>9. CARROSSEL (CAVALOS) 10 CRIANÇAS</p> <p>10. MINI FUSCA (5 CRIANÇAS)</p> <p>11. CAMA ELASTICA (4 CRIANÇAS)</p> <p>12. KID PLAY (INFANTIL) 8 CRIANÇAS</p> <p>13. TOBOGÃ INFLÁVEL (INFANTIL) 5 CRIANÇAS</p> <p>Preço máximo permitido pela cobrança de ingressos: R\$ 10,00 por ingresso único e R\$ 35,00 para combo com pelo menos 6 ingressos</p>	
--	--	--	--

8.2. O valor do lance GLOBAL mínimo é de **R\$ 9.943,75** (nove mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

8.3. A permissão de uso é válida para os 5 (cinco) dias de festa, entre os dias 23 e 27 de agosto de 2024, ficando vedado o uso ou a exploração em período diverso.

8.4. A permissão de uso refere-se somente ao espaço arrematado e identificado no contrato e um ponto de água próximo ao local, cabendo ao permissionário todos os custos e responsabilidades com a estrutura, instalação, manutenção e funcionamento do seu negócio.

8.5. Não será fornecido ponto de energia elétrica, cabendo ao permissionário os custos e responsabilidades para alimentação do parque.

8.6. O parque de diversão deverá ser montado somente após a emissão da ART ou documento equivalente, por conta e responsabilidade da permissionária, pelo responsável técnico pela orientação, supervisão e montagem.

8.7. A estrutura a ser instalada pelo permissionário deverá ser padronizada, compatível com o ambiente e suas atividades, ter boa aparência, atender as exigências do Corpo de Bombeiros e da comissão organizadora do evento.

8.8. A comissão organizadora do evento poderá solicitar a substituição dos itens estruturais ou brinquedos inadequados ou inapropriados.

Representação gráfica dos espaços:



9. DO VISTORIA FACULTATIVA

9.1. Caso o interessado queira, poderá fazer a vistoria para verificar *in loco* as características e condições do espaço, mediante agendamento junto ao leiloeiro, pelo telefone (42) 3638-8017 ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br, com pelo menos dois dias de antecedência.

9.2. A vistoria não é obrigatória, porém, após as formalidades, o arrematante não poderá desistir da compra, sob pena de aplicações das penalidades cabíveis

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

10.1. O licitante interessado em participar do leilão eletrônico encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, mediante o preenchimento do preço unitário com duas casas decimais.

10.2. A ausência do cadastro da proposta inicial, impede a participação na fase de lances.

10.3. O cadastro da proposta implica na aceitação de todos os termos do edital e seus anexos, e na obrigatoriedade de manutenção da proposta em conformidade com o termo de referência do edital.



11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENVIO DE LANCES

11.1. Na data e horário estabelecidos neste edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos pelo período de **3 (três) horas**.

11.2. Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema.

11.3. O modo de disputa será o **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes.

11.4. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 100,00** (cem reais), que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação a lance que cobrir a melhor oferta.

11.6. Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.7. É facultado ao leiloeiro ou autoridade superior, em qualquer fase do leilão, a promoção de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.8. Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.9. Caso a desconexão do sistema para leiloeiro persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.10. Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

11.11. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o leiloeiro e os licitantes.

11.12. O município de Candói não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que os licitantes venham a ter em razão de problemas técnicos, operacionais ou falhas na conexão, que podem ocorrer e que com isso impeçam a participação no processo e permanência no leilão, tendo em vista que os serviços de acesso à internet são fornecidos por terceiros, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

11.13. É proibido ao arrematante, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o espaço arrematado.



12. DO JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente, sendo que o primeiro classificado será o autor do maior lance.

12.2. Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja autor de lance inferior ao mínimo estipulado para o objeto, será iniciado a negociação de condições mais vantajosas para a Administração, por meio do sistema.

12.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, a ser anexada aos autos do processo do leilão.

12.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado.

12.5. Constatado a conformidade de alguma proposta com o preço mínimo estabelecido para o objeto, e o atendimento do licitante às condições de participação no leilão, será aberto o prazo máximo de 02 (duas) horas para o envio, através do sistema eletrônico, do contrato social e suas alterações ou contrato social consolidado, e da declaração unificada (conforme modelo do anexo 3), sob pena de desclassificação e aplicação de outras penalidades cabíveis.

12.6. Será desclassificada a proposta ou lance, nas seguintes hipóteses:

12.6.1. Quando o valor do lance for inferior ao mínimo estabelecido para o objeto.

12.6.2. O arrematante possuir impedimento de participar no certame.

12.6.3. O arrematante não anexar no sistema no prazo estipulado, o contrato social e declarações exigidas.

12.6.4. O arrematante não possuir atividade no contrato social, compatível com a finalidade do espaço arrematado.

12.7. Havendo desclassificações, os demais licitantes serão convocados na ordem de classificação para apresentação da documentação, sendo que o não cumprimento à convocação ensejará na desclassificação e abertura de processo administrativo para penalização.

12.8. Constatado o atendimento de todos os requisitos do edital, a proposta será classificada como vencedora e iniciado a fase de pagamento do objeto arrematado.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O leiloeiro, após declaração do vencedor, encaminhará, por meio do sistema, a Guia de Recolhimento Municipal (GRM).



13.2. O encaminhamento ocorrerá para que o licitante vencedor proceda, no prazo de **1 (um) dia útil**, o pagamento do espaço arrematado.

13.3. O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro por meio do sistema, no prazo máximo de um dia útil contado da data do pagamento.

13.4. Caso o licitante não anexe no sistema o comprovante de pagamento, o leiloeiro poderá fazer diligências junto ao setor de tributação e receita para averiguação do pagamento da GRM.

13.5. Na hipótese de não comprovação de pagamento a proposta será desclassificada, sem prejuízo de abertura de processo administrativo para penalização da empresa, sendo convocado o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de lance ou proposta que atenda à Administração.

13.6. Os valores pagos pelo arrematante são irretratáveis no caso de desistência da compra.

14. DA FASE RECURSAL

14.1. Após o término do julgamento e pagamento do objeto arrematado, qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 (quinze) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão do direito.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

14.6. Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no caput, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas a fase recursal, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



16. DO CONTRATO

16.1. **O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar a regularidade perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição.**

16.2. Após a homologação do processo, os licitantes vencedores serão convocados para assinatura do contrato.

16.3. O arrematante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.4. Os contratos serão por escopo, e terão vigência de 3 (três) meses contados da sua assinatura.

16.5. A convocação será feita via ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o contrato, que deverá ser assinado digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal 138/2021.

16.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo interessado, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.7. A recusa injustificada para assinatura do contrato, ou cuja justificativa não seja aceita pela administração, implicará na instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

16.8. A não assinatura do contrato, faculta a administração a convocação dos demais licitantes na ordem de classificação para exercício do mesmo direito.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Apresentar declaração ou documentação falsa.

17.1.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

17.1.3. Não anexar no sistema no prazo estipulado, o contrato social, declarações, comprovação de pagamento e outros documentos exigidos pelo leiloeiro.

17.1.4. Não manter a proposta ou lance.

17.1.5. Não efetuar o pagamento do espaço arrematado.

17.1.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato.



17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do objeto, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.6. As penalidades menos graves serão aplicadas ao responsável em decorrência da infração administrativas que não se justifique a imposição de outra mais grave.

17.7. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

18.1. A autoridade competente poderá revogar o leilão, por motivo de conveniência e de oportunidade, e deverá anular, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

18.2. O motivo determinante para a revogação do leilão deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.3. A autoridade, ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornados sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e ensejará a apuração de responsabilidade daquele que tenha dado causa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances e da documentação relativa ao procedimento observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e de registro no sistema.



20.2. Dos atos praticados será lavrado ata circunstanciada que será divulgada no sítio eletrônico oficial do Município, e no sistema do leilão eletrônico.

20.3. Este edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Município www.candoi.pr.gov.br.

20.4. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.4.1. Anexo 1 - Estudo Técnico Preliminar

20.4.2. Anexo 2 - Minuta do contrato.

20.4.3. Anexo 3 - Declaração unificada.

Criado em 17 de julho de 2024 e assinado digitalmente por **Lucimara Pinheiro da Silva**, Agente de Contratação nomeada pela Portaria nº 217, de 2023.



ANEXO 2 - MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2024
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO Nº 2.804/2024

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG n. 12R1497082 SESP/SC, doravante denominado PERMITENTE, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, doravante designado PERMISSONÁRIO, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 2.804/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Leilão Eletrônico nº 002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)

Constitui objeto deste instrumento, a permissão de uso onerosa, do espaço público localizado no Parque do Lago, destinados a instalação e exploração comercial de parque de diversões, durante os dias da XIX Festa Nacional do Charque.

Parágrafo único. Vinculam ao contrato, independentemente de transcrição, o edital do Leilão Eletrônico nº 002/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Este contrato é por escopo e terá vigência de **03 (três) meses**, a contar de sua assinatura.

Parágrafo único. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for inteiramente concluído no prazo fixado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, conforme dispositivo do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO (art. 92, V)

O valor global deste contrato é de **R\$ (.....)**, pago pelo permissionário ao permitente, pela permissão de uso do espaço especificado na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão deste contrato e aplicação de outras penalidades.



CLÁUSULA QUINTA **REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)**

O regime de execução deste contrato é pela forma de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEXTA **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, VII)**

Prazo, condições e local de execução

O permissionário deve instalar sua estrutura no espaço arrematado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º A exploração comercial do parque deverá iniciar pontualmente no dia **23 de agosto de 2024** e se encerrar no último minuto do dia **27 de agosto de 2024**.

§ 2º O espaço está localizado no Parque do Lago, na Avenida Heraclides Mendes de Araújo, Bairro Pioneiros, conforme representação gráfica disponibilizada no edital do leilão.

CLÁUSULA SÉTIMA **OBRIGAÇÕES DO PERMITENTE (art. 92, XIV)**

São obrigações do contratante, além das previstas no edital e termo de referência:

- I - disponibilizar o espaço nas condições e período especificados no edital e contrato;
- II - fornecer o serviço de coleta de resíduos sólidos;
- III - disponibilizar banheiros químicos para uso geral na área da festa;
- IV - disponibilizar um ponto de água próximo ao local, cabendo ao permissionário todos os custos e responsabilidades com a estrutura, instalação, manutenção e funcionamento do seu negócio.

CLÁUSULA OITAVA **OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO (art. XIV, XVI, XVII)**

O permissionário deve cumprir todas as obrigações constantes no edital do leilão, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, respondendo ainda, as seguintes obrigações:

- I - providenciar gerador ou outra fonte de alimentação de energia elétrica e todas as demais estruturas necessária e aprovada pela comissão organizadora do evento, para funcionamento do parque de diversão, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- II - emitir e efetuar o pagamento, nos termos das normas vigentes, da ART ou documento equivalente, referente a montagem e funcionamento do parque;
- III - cumprir todas as exigências do edital do leilão e o regulamento da Festa Nacional do Charque;



IV - se responsabilizar por eventuais violações ao código civil e de defesa e proteção do consumidor resultantes da exploração comercial;

V - se responsabilizar por eventuais danos causados à pessoas e ao patrimônio público ou de terceiros, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência, imperícia ou inabilidade, promovendo a quem de direito for, o ressarcimento dos danos ou indenização;

VI - se responsabilizar civil e criminalmente, por eventual acidente envolvendo seus brinquedos e funcionários;

VII - utilizar o espaço somente para finalidade de parque de diversão, sob pena de rescisão do contrato, aplicação de multa e outras penalidades cabíveis;

VIII - caso a atividade a ser explorada no espaço comercial exija obtenção de licenças específicas, o permissionário deverá se responsabilizar pela sua obtenção, e se responsabilizar por eventuais violações às normas vigentes;

IX - disponibilizar no espaço comercial, extintores e demais equipamentos de prevenção que possam ser solicitados pela comissão organizadora;

X - instruir seus funcionários quanto à prevenção de incêndios e outras intempéries;

XI - manter a limpeza, assepsia e organização do espaço sob seu domínio, se responsabilizando inclusive pelo fornecimento dos materiais necessários para isso;

XII - se responsabilizar por todas as despesas com pessoal, tais como salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, transporte, hospedagem, alimentação e indenizações, isentando o permitente de qualquer vínculo empregatício;

XIII - se responsabilizar por eventuais acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, ações trabalhistas e similares;

XIV - manter seus funcionários uniformizados para melhor atendimento aos festeiros;

XV - fornecer e obrigar seus funcionários utilizarem todos os equipamentos de proteção individual e coletiva;

XVI - permitir livre acesso ao espaço sob seu domínio, para os membros da comissão organizadora e fiscalização do Município;

XVII - separar os resíduos sólidos gerados, classificando-os em rejeitos, recicláveis, orgânicos e não recicláveis, permitindo assim a coleta seletiva;

XVIII - não utilizar o espaço público para realização de publicidade de marcas, rótulos, manifestações políticas, religiosas ou raciais, exceto publicidade da própria marca, utilizando apenas locais pré-estabelecidos e aprovados pela comissão organizadora do evento;

XIX - comunicar à comissão organizadora, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



XX - se responsabilizar por todos os danos que porventura ocorrer com seus materiais, equipamentos, veículos e afins, decorrentes de fenômenos naturais, furtos, descargas elétricas, ou similares;

XXI - não utilizar materiais audiovisuais que façam apologia ao uso de drogas, sexo, racismo, discriminação religiosa, e outras ações consideradas imorais, sujeito à multa no valor de 100% pago pela arrematação do espaço e outras penalidades cabíveis;

XXII - não utilizar materiais audiovisuais que possam caracterizar promoção pessoal, partidária ou propaganda eleitoral, sujeito a multa no valor de 100% do valor pago pela arrematação do espaço e outras penalidades cabíveis;

XXIII - não utilizar equipamentos de som ou similar, seja em estande, veículos ou camarote, que possam atrapalhar a comunicação interna do evento.

CLÁUSULA NONA **PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O pagamento foi efetuado pelo permissionário no dia _____, através do pagamento da Guia de Recolhimento Municipal (GRM), que foi condição para celebração deste contrato.

Parágrafo único. Os valores pagos pelo permissionário somente serão reembolsados na eventualidade de não ocorrer a execução do contrato por culpa do permitente, do contrário, os valores são irretratáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA **OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ 1º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§ 2º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ 3º O permitente deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo permissionário.

§ 4º Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do permissionário eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ 5º É dever do permissionário orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



§ 6º O permissionário deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ 7º O permitente poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o permissionário atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ 8º O permissionário deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ 9º Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

§ 10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

§ 11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 1º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou rescindo amigavelmente.

§ 2º O permitente poderá convocar representante do permissionário para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 3º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. **Eder Selestrino**.

§ 4º O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 252, de 2022, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

§ 5º No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



§ 6º Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§ 7º O gestor deste contrato será o secretário responsável pela pasta da Secretaria de Esporte, Lazer e Cultura, o Sr. **Rogério Bueno Czarneski** ou quem vier a substituí-lo, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 8º do Decreto Municipal nº 252, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o permissionário que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II - impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do *caput*, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III - declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do *caput*, bem como nos incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV - multa:



a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória, para as infrações descritas nos incisos V ao VIII do caput, de 1% a 10% do valor do contrato;

c) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III do caput, de 0.5% a 5% do valor do contrato;

d) para infração descrita nos demais inciso do caput, a multa será de 0.5% a 3% do valor do contrato.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 4º Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 6º Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 7º A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 8º Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o contratante.

§ 9º A personalidade jurídica do permissionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste



contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

§ 11. Os débitos do permissionário para com o permitente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo permitente decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o permissionário possua com permitente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§ 1º Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada automaticamente até a conclusão do objeto.

§ 2º Quando a não conclusão do contrato referida § 1º decorrer de culpa do permissionário:

I - ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - poderá o permitente optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

§ 3º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, pela eventual não aprovação do processo licitatório pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, ou por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§ 4º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 5º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I - balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



II - relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - indenizações e multas.

§ 5º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente via protocolo digital do contratante, entregue através de e-mail, produzindo assim, total validade jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS (art. 92, III)

A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA PUBLICAÇÃO

Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Candói/PR (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp>).



Parágrafo único. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA FORO (art. 92, § 1º)

Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Datado e Assinado digitalmente por **Aldoino Goldoni Filho** como contratante, por
como contratado, e por e como testemunhas:



ANEXO 3 DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado do licitante)

Ao
Município de Candói, Estado do Paraná
Leilão Eletrônico nº 002/2024
Processo Licitatório nº 2.804/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, através de seu representante legal subscrito:

- 1) Declara nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Leilão Eletrônico nº 002/2024;
- 2) Declara nos termos do Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que pelos valores que foram arrematados os espaços públicos, e as projeções de receitas, é totalmente possível cobrir todos os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 3) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 4) Declara que não possui em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente da Prefeitura de Candói-PR ou responsável pelo leilão, nos termos Art. 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 5) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Candói ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 6) Declara que o responsável pela assinatura do instrumento contratual é o Sr(a), inscrito no CPF nº e-mail [informar e-mail para envio do contrato.....] ocupante do cargo de nesta empresa. **(Se for procurador, encaminhar anexo a procuração);**
- 7) Declara que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de credenciamento, todas as comunicações, inclusive envio de requisições de compra, nota de empenho, notificações, citações e etc., poderão ser feitas através do e-mail, produzindo para todos os fins, total validade jurídica.

local e data

(identificação e assinatura do responsável legal ou
Procurador, neste caso encaminhar procuração)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CF4E-5EEE-E3BE-98CD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIMARA PINHEIRO DA SILVA (CPF 059.XXX.XXX-06) em 18/07/2024 11:28:56 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://candoi.1doc.com.br/verificacao/CF4E-5EEE-E3BE-98CD>